

ECOS URBANOS NO ANTROPOCENO: O PICHÔ COMO PEDAGOGIA CULTURAL NOS MUROS DE PELOTAS¹

URBAN ECHOES IN THE ANTHROPOCENE: *PICHÔ* AS CULTURAL PEDAGOGY ON THE WALLS OF PELOTAS

Diego Nascimento da Costa

Graduando no curso de Licenciatura em Química.
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, RS, Brasil.

 <https://orcid.org/0009-0000-4472-6709>
dxegocosta@gmail.com

Maitê Thainara Barth

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM). Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0001-5072-6561>
maitebarth13@gmail.com

Bruna Adriane Fary-Hidai

Doutora em Ensino de Ciências e Educação Matemática.
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, RS, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-2382-6572>
fary.bruna@gmail.com

Roberto Dalmo Varallo Lima de Oliveira

Doutor em Ciência, Tecnologia e Educação.
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-8348-966X>
robertodalmo7@gmail.com

RESUMO: O presente artigo cartografa possibilidades (de)formativas que o pichô, encontrado em andanças na cidade de Pelotas/RS, sensibiliza sobre o Antropoceno. A pichação enuncia: "Que os ricos paguem pela crise climática", sendo analisada através de uma diversidade de saberes, tecendo coletivamente questões ambientais, sociais, decoloniais e subjetivas, a partir de autores que discutem a pedagogia cultural, ecosofia e ecologia decolonial. A pesquisa investiga como esta intervenção urbana, popularmente compreendida como marginalizada, desafia as normas sociais e políticas impostas, fomentando um imaginário de subjetividades através das injustiças ambientais e climáticas. Conclui-se que, ao habitar os muros do Antropoceno, os pichos podem atuar como formas de insurgências, incitando reflexões críticas através das responsabilidades econômicas dos privilegiados, das desigualdades existentes no contexto das mudanças climáticas e pistas de formas de habitar o mundo para além da exclusividade dos humanos.

Palavras-chave: Cartografia. Ecosofia. Ecologia Decolonial. Mudanças Climáticas.

ABSTRACT: This article maps (de)formative possibilities that the picho, found in wanderings around the city of Pelotas/RS, raises awareness on the Anthropocene. The picho states: "May the rich pay for the climate crisis", being analyzed through a diversity of

knowledge, collectively weaving environmental, social, decolonial and subjective issues, based on authors who discuss cultural pedagogy, ecosophy and decolonial ecology. The research investigates how this urban intervention, popularly understood as marginalized, challenges imposed social and political norms, fostering an imaginary of subjectivities through environmental and climate injustices. It is concluded that, when inhabiting the ruins of the Anthropocene, pichos can act as forms of insurgency, inciting critical reflections through the economic responsibilities of the privileged, existing inequalities in the context of climate change and clues to ways of inhabiting the world beyond exclusive to humans.

Keywords: Cartography. Ecosophy. Decolonial Ecology. Climate Change.

ANTROPOCENO E O ESCAPE DA SUBJETIVIDADE

Na perspectiva Antropocêntrica surgem discussões atreladas a possíveis fins deste mundo conhecível, inteligível, autorregulatório e estável. Porém, as atividades humanas moldam a nova face do que chamamos de Terra. Esse planeta jamais foi exclusivamente humano e as questões que surgem através das manifestações terrenas espalham o medo pelas subjetividades de cada ser que compõem a natureza, humano e não-humano². Destas alegações dos períodos de crise, pode-se compreender um paradoxo entre as relações: embora a Terra jamais tenha sido essencialmente humana, as ações das sociedades – ditas modernas – moldaram e moldam intensamente os ciclos biogeoquímicos do planeta, gerando consequências que sentimos e pelas quais somos marcados constantemente, ultrapassando a experiência humana e impactando também os não-humanos e os sistemas ecológicos essenciais para a manutenção da vida.

Paul Crutzen (2000) foi um químico que destacou em suas pesquisas as relações entre as atividades humanas e as mudanças na composição da atmosfera terrestre. Seu trabalho foi laureado com um prêmio Nobel sobre a química atmosférica, feito através da análise geoquímica de gases preservados nos blocos de gelo polar, identificando um expressivo aumento nas concentrações dos gases a partir do final do século XVIII, período que coincide com a Revolução Industrial. Nesse sentido, estas descobertas indicaram o “início” do Antropoceno, termo cunhado por Crutzen, definido como o período geológico caracterizado pela influência das atividades humanas nos sistemas planetários. Com isso, estabelecendo essa correlação entre as emissões dos gases e as mudanças climáticas, Crutzen evidencia o papel central da química atmosférica na compreensão das transformações globais que foram/estão sendo impulsionadas pela ação humana. Dessa forma, as perspectivas de Ferdinand (2022) reforçam a visão de que a Terra deve ser tratada como um organismo vivo que é profundamente vulnerável às ações e inações humanas.

Silva e Arbilla (2018) destacam estes marcadores através do artigo *Antropoceno: os desafios de um novo mundo*, trazendo consigo as formas de percepção e as constelações de opiniões a partir de suas teorizações, com dados estatísticos para fomentar o estudo dos aumentos das emissões de gases clorofluorcarbonetos (CFCs) e seus ciclos biogeoquímicos

terrenos, que mantêm os seres não-humanos nutridos, vivos e oxigenados. Ainda, destacam as interseções das falhas presentes nas políticas institucionais ambientais, falhas da governança internacional e as possíveis degradações das fronteiras planetárias (Franchini; Viola; Barros-Platiau, 2017), limites estes que são definidos por Rockström *et al.* (2009).

Rockström *et al.* (2009), introduzem o conceito dos nove Limites Planetários (LP), conjunto a partir do qual relacionam e discorrem sobre os processos fundamentais para a estabilidade do sistema terreno. Estes limites incluem: i) mudanças climáticas; ii) integridade da biosfera; iii) ciclos biogeoquímicos (nitrogênio e fósforo); iv) acidificação dos oceanos; v) uso do recurso de água doce; vi) mudanças no uso da terra; vii) poluição química; viii) carga de aerossóis atmosféricos; e ix) perda da camada de ozônio (O₃). Décadas depois, Richardson *et al.* (2023) demonstram que, das fronteiras de limites planetários, seis delas foram rompidas, agora trazendo informações sobre a poluição química (com cerca de 350.000 substâncias sintéticas não reguladas) e alterações nos fluxos de água doce do planeta.

Nesse sentido, a escalada reflete a colonização antropogênica dos ciclos terrestres (Steffen *et al.* 2015), além de demonstrar que os processos biogeoquímicos conseguem adaptar-se às perturbações sem colapsar, ao contrário dos fluxos lineares de alta entropia, que são rígidos e geram desperdício ao sistema. Ademais, essas mudanças não só comprometem a zona de segurança operacional do planeta (Rockström *et al.*, 2023), mas reitera a falência ontológica moderna que traz consigo pragmatismos dicotômicos entre a sociedade e a natureza (Latour, 2017). Com isso, os nove LP se tornam fragmentos para pensarmos sobre como a organização planetária, estruturas econômicas e epistêmicas naturalizam a violação desses limites. Ainda, o repórter do G1, Peixoto (2024) notícia que sete dos nove LPs já foram colapsados. Assim, romper com estes limites compromete a capacidade do planeta de sustentar a vida, demonstrando a necessidade de ações globais para evitar impactos irreversíveis nos sistemas que suportam a humanidade.

Em teorizações trazidas por Crutzen e Stoermer (2000), o Antropoceno, que se encontra em discussões enquanto uma controvérsia científica, demanda uma análise profunda sobre as interferências humanas nos sistemas terrestres e suas implicações, incluindo as causas e repercussões destas mudanças. Esta era geológica é identificada pelas transformações e acelerações decorrentes das atividades humanas, como a agricultura intensiva, urbanização desordenada e a exploração dos recursos naturais. Indícios da erosão dos solos, o transporte de sedimentos resultantes da agricultura exacerbada e a ocupação de áreas naturalmente alagáveis (Arpine; Gayane, 2016; Neto *et al.*, 2013), ou seja, unidades geomorfológicas formadas por deposições sedimentares desenvolvidas pela ação da água e urbanização (Borges; Ferreira, 2019), causam impactos Antropogênicos nas superfícies terrestres. Esses fenômenos resultam em não apenas impactos ecológicos, mas também em desigualdades que afetam diretamente a organização social, econômica e política das

populações, especialmente em áreas urbanas, onde as consequências do Antropoceno são mais visíveis e sentidas, como nas periferias.

Nesse sentido, os sujeitos são impelidos a conduzir manifestações urbanas, no lugar de se voltarem ao olhar crivado da ciência ou ecologia, que se fundamentam na leitura conjunta destas áreas. Utilizando-se destes locais de reflexão sobre a relação entre a pedagogia, vida social e questões climáticas vivenciadas pelos cidadãos, estes debates emergem não apenas de inquietações, mas enquanto guiados por indivíduos pertencentes e habitantes das ruínas do Antropoceno, como destacam Tsing (2019), Campesato (2023) e Santos e Rego (2020). Ruínas estas experienciadas e vividas por grupos historicamente marginalizados, como pessoas pretas, indígenas e mulheres, enfrentando barreiras para acessar espaços políticos e decisórios, sendo frequentemente sub-representados em posições de poder e influência.

Dessa forma, as manifestações urbanas e os espaços de debate que emergem nas ruínas do Antropoceno conectam-se diretamente às pedagogias culturais, que surgem como respostas emancipatórias às condições impostas por estes processos, que se tecem na medida em que refletem formas de contestação e resistência às desigualdades sociais e ambientais, construindo caminhos para se (re)pensar relações de poder e incentivar as mudanças em sua estrutura. Com essa conexão, as pedagogias culturais assumem o papel da articulação de práticas e dispositivos capazes de movimentar as comunidades marginalizadas na luta por justiça climática e social.

Surge, nas pedagogias culturais, o potencial emancipatório capaz de responder aos desafios enfrentados por sujeitos submetidos às condições inabitáveis "deste" Antropoceno, que decorrem de racionalidades antropocêntricas de dominação e exploração do meio natural. Silva (2000, p. 89) conceitua as pedagogias culturais como qualquer "instituição ou dispositivo cultural, que, tal como a escola, esteja envolvido – em conexão com relações de poder – no processo de transmissão de atitudes e valores". A partir desta síntese conceitual, é necessário identificar as pedagogias culturais em práticas de comunicação visual, bem como um artefato de mídia alternativa, a arte da qual engaja-se junto expondo descaminhos, conscientizações e mobilizações populares. As pedagogias culturais não apenas contestam os valores da cultura dominante, que é masculina, branca, elitista e perpetuadora de desigualdades ambientais e sociais, mas também abrem espaço para perceber outros modos de expressar, como as artes de denúncia feitas em pichações. Assim, é uma ferramenta de resistência e transformação que confronta as dinâmicas e relações de poder que sustentam as condições para o capitalismo.

Os pichos¹ podem ser compreendidos como artefatos culturais, carregando denúncias, injustiças climáticas no contexto do Antropoceno que é marcado por devastações ambientais e desigualdades sociais. Especialmente na circunstância dos eventos climáticos que afetaram o Rio Grande do Sul em 2024. Escritos e ditos, mirando espaços urbanos coletivos. Locais comuns aos que passam, perpassam e residem em espaços inabitáveis. Habitantes que em momentos de perigo iminente foram solicitados que se retirassem, que deixassem tudo aquilo que ali foi construído para sobreviverem. O picho confronta os espectadores com uma problematização latente e visual potente no qual a mensagem não é apenas estética, mas política, além de desafiar a passividade das instituições e da sociedade em geral, expondo o silenciado e aquilo que está implícito nas estruturas legais e políticas do grande *oikos* brasileiro, mas que perpetua a inação diante dos anseios e emergências climáticas.

Contudo, a prática da pichação suscita também outros questionamentos: até que ponto estes pichos conseguem furar a bolha inanimada da sociedade? São somente reduzidos a ecos urbanos do/no Antropoceno? Como dialogam com a complexidade dos eventos climáticos extremos, sendo que é, ao mesmo tempo, um grito de denúncia e também um retrato das contradições desta era? O picho enquanto uma expressão de luta da cultura negra e periférica escravizada e subalternizada por séculos, se faz presente nos achados deste artigo, que permeia a expressão da denúncia através de demonstrações de inconformações.

A pesquisa explora como os pichos urbanos podem ser entendidos como uma forma de pedagogia cultural, desafiando e ampliando o conceito de denúncia através das artes. Compartilhamentos desta angústia já foram iniciados na escrita do resumo expandido e apresentado oralmente no II Seminário Internacional de Educação em Ciências, Educação Matemática e Tecnologias Educativas (SIECEMTE), onde foram abertas feridas que evidenciaram interseções entre os pichos e as percepções de catástrofes climáticas que permeiam o Antropoceno ou, ainda, seus ecos. Nessa escrita atual, buscamos tecer relações entre a arte transgressora e o conceito de habitar colonial e ambiental, trazendo para composição a ecosofia de Guattari (2012), a ótica decolonial de Ferdinand (2022) e a pedagogia cultural (Andrade; Costa, 2015). Compreendemos a existência de um planeta em colapso, cujos efeitos se manifestam de maneira mais aguda nas periferias, onde as populações vulnerabilizadas e sensibilizadas enfrentam diretamente os impactos da degradação ambiental, das mudanças climáticas e das desigualdades socioeconômicas associadas.

¹ Para que evitemos erros em sua semântica, o termo pichação, grafado com “ch” é adotado, ao invés de pixação com “x”. A pichação, para Lassala (2014, p. 11), “é uma ação de transgressão para marcar presença ou chamar atenção para alguma coisa, principalmente em ambientes externos do espaço público urbano”. Pois não estabelece padrões rijos, quanto ao conteúdo ou à forma, possibilitando que qualquer indivíduo utilize ferramentas variadas para a criação artística ou textual, como desenho, pintura, escrita ou outros tipos de esboço.

Atingidos pela avidez desses “versos que vigiam a vida, expulsam o que se exalta e possa trazer discordâncias, rupturas” (Preciosa, 2010, p. 30), somos expostos ao picho e a partir disso refletimos sobre o mundo, Antropoceno, crises climáticas e o habitar colonial, tudo isso conduzido pelo caminhar cartográfico de Deleuze e Guattari (1995). Dessa maneira, desejamos cartografar possibilidades (de)formativas pelas quais o picho, encontrado nas andanças da cidade de Pelotas, sensibiliza sobre o Antropoceno.

OUTRAS INVESTIGAÇÕES SOBRE PICHO

*Pixar é errado
Errar é humano
Somos humanos
Por isso pixamos
(Grilo 13, 2011).*

Rolnik (2016) relembra que o cartógrafo é, antes de qualquer coisa, um antropólogo. Por isso, nos atentamos a compreender as relações que outros sujeitos já realizaram com o picho. Não andamos só, nossa composição se entrelaça com as produções já feitas, dos diálogos sobre o mundo já iniciadas.

Na pesquisa de Tamiris Vaz (2013), a pichação acontece como um disparador para discussões sobre experiências no mundo, provocando sobre os sentidos que os objetos têm intrinsecamente ou se são socialmente inventados e reinventados. Tendo como interesse provocar estudantes de Santa Maria – RS sobre as possibilidades de reinvenção de espaços urbanos, cotidianos e sociais, a autora destaca que é comum chegarmos nas escolas e nos depararmos com desenhos, traços, decorações, marcas deixadas pelos jovens da escola e, “se a pichação é algo que está mais para a transgressão, para o desvio aos padrões, o que seria a pichação dentro do espaço escolar?” (Vaz, 2013, p. 90).

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) no curso de Artes Visuais na Universidade Federal de Santa Maria fomentou o pensamento sobre essas práticas nos futuros professores. A ideia de uma oficina sobre pichação teve entre 3 e 7 participantes por semana (alunos da escola básica), ultrapassando questões como diferenciação por idades ou ano escolar, uma vez que haviam estudantes do ensino fundamental II e do ensino médio. Nem se mantinham fixos num local, por vezes na sala de vídeo, por vezes no pátio, lugares de passagens de outros estudantes que paravam, olhavam, compunham junto e depois seguiam. Nessa andança de um “currículo nômade” (Vaz, 2013, p. 91), alguns alunos se identificavam como pichadores, uma vez que “pichar era fugir do sistema, não uma fuga no sentido de covardia, mas de produzir fendas” (Vaz, 2013, p. 91).

Sair da normalidade e institucionalidade escolar foi trazer a pichação como uma discussão na oficina de artes, “compreendendo outras maneiras

de estudar a arte, que não limitada aos discursos históricos, abordamos a pichação como narrativa discursiva” (Vaz, 2013, p. 92). Para o grupo, a “pichação é aquilo que escapa, que quer ser visto, mas que não se pretende eterno” (Vaz, 2013, p. 91). São partes da paisagem, marginais e revolucionárias. Os alunos criaram uma produção aberta e coletiva, sendo um dos fatores que chamou a atenção o anonimato, pois “não os incomodava, pareciam estar mais interessados nas fugas, nas ações possíveis durante o encontro do que nas autorias de cada produção” (Vaz, 2013, p. 95).

O trabalho de Reis, Araújo e Torres (2018) também segue a ideia de uma oficina sobre pichação no ambiente escolar, mas agora com estudantes do ensino médio do Rio de Janeiro. Nesse relato, a escola já apresentava uma série de pichações nas paredes, corredores e rampas de todo o prédio. Os estudantes fotografaram e logo após produziram uma colagem com as impressões das fotos dos pichos que mais chamavam atenção e identificação com os grupos, sendo as colagens parte de uma exposição na escola.

As autoras (2018, p. 115) contam que existiam ali, naquele grupo, pichadores que marcavam as paredes da escola com “poema, frase de amor ou autoajuda, letra de música, desenho, palavrão, reivindicação, [...] mostrar poder, ou protestar, ou simplesmente se divertir”. A relação do corpo e do espaço se faz presente, num atravessamento de sentimentos, de memórias, de descontentamentos. “As pichações tornam esse espaço praticado pelos alunos e alunas mais visível. Dessa forma, faz emergir aos nossos olhos o encontro entre a escola planejada e a escola vivida” (Torres; Araújo; Reis, 2018, p. 115).

Outra pesquisa que promoveu inquietações foi a de Ferrari e Oliveira (2020, p. 3), por intermédio do questionamento: “como sujeitos são produzidos por imagens que estão atreladas às superfícies como poeiras, efemeridades?”. Nessa investigação, a professora de Artes de uma escola pública federal caminhava e era atingida pelas imagens, desenhos, escritos e pichos presentes por toda a escola que habitava diariamente. A partir disso, convocou os estudantes para esse mesmo movimento de andança, presença e observação do entorno escolar, “confrontando produções artísticas, passadas ou contemporâneas, interagindo e criticando diferentes repertórios poéticos que os alunos e as alunas pudessem construir” (2020, p. 5). As aulas foram pensadas para promover discussões nesse mesmo sentido, por isso, foram contextualizadas historicamente, iniciando com as inscrições rupestres que eram registradas nas primeiras imagens em suportes como paredes e cavernas. Chegando até artistas atuais que trabalham com suportes nesse mesmo sentido, como a arte em grafite e pichações, provocando percepções distintas sobre as paisagens urbanas.

Os estudantes utilizavam uma folha de papel vegetal para “copiar” os pichos que encontravam pela escola em paredes, muros, carteiras ou portas. Esse exercício de captura das imagens pela escola gerou um momento de

reflexão por parte dos estudantes, pensando no que representam, como burlam as regras ou em que sentido são transgressoras, problematizando “os processos sociais e políticos das instituições escolares através das marcas, dos modos de comunicação e formas de expressão, linguagens que os e as jovens utilizam e os/as fazem pertencer àquele ambiente” (Ferrari; Oliveira, 2020, p. 12). Após uma discussão sobre os materiais encontrados, os estudantes tiveram que produzir materiais visuais para expor, gerando debate sobre as escolhas dos pichos coletados que estariam presentes nessas produções. Como conclusão, sensibilizações de se fazer presente nas produções culturais que estão na escola e, também na cidade, bairros, de forma que esses sujeitos se identifiquem e se percebam nesses escritos e nas imagens produzidas.

Outra perspectiva é trazida pelo grupo de mulheres grafiteiras FREEDASCrew, nome inspirado em Frida Kahlo, remetendo à liberdade e lutas. Como premissa das obras, trazem engajamentos políticos, ambientais, corpos femininos e da comunidade LGBTQIAPN+. Em um projeto com a temática Justiça Climática, realizaram diversas oficinas com a comunidade de Santarém/PA e regiões próximas, abordando a importância da preservação e defesa dos territórios amazônicos, além de diversas intervenções artísticas na cidade, como apresentado na Figura 1.

Figura 1– Grafite retrata liderança indígena passando urucum no rosto de um poderoso, Mãe D’Água e cerâmicas tapajós - artista Isa Muriá do FREEDASCrew.



Fonte: FREEDASCrew (2024).

Diferentes sensibilizações já foram iniciadas, trazendo o picho para discutir arte, produções coletivas, ciência, provocar sobre questões climáticas, sociais e culturais. Diante da digestão de autores e teorias, encontramos algumas outras composições de discussões possíveis.

ANDANÇAS INQUIETAS DAS COMPOSIÇÕES METODOLÓGICAS

No caminhar rotineiro guiado por antolhos tudo passa despercebido. A velocidade com que atravessamos tudo, todos, para chegar no destino final.

A pressa que não dá espaço. A pressa que sufoca. Os pés acompanhando o ponteiro do relógio: dar conta. Ligeiro, rápido, impaciente. A lógica do tempo tomou conta do corpo, não sentimos, respiramos, piscamos, apenas corremos. Não contemplamos mais, a natureza desagrada-nos, o humano habita “descolado de maneira absoluta desse organismo que é a Terra” (Krenak, 2020, p. 44). Nos afastamos e transformamos os espaços que vivemos, temos gosto pelo que é alinhado, discreto e sereno.

Nossa devoção pelos espaços limpos, civilizados, esteticamente profiláticos, imperturbável. Nunca sujos, malcheirosos e bagunçados. Ambientes que regurgitam bom gosto, bom tom, sensatez. Propriedades mensuráveis, sem uma mínima incorreção capaz de crisar o espaço, configurar respiros (Preciosa, 2010, p. 41).

Tudo isso foi deixado de lado em um piscar de segundos, pois a perspectiva precisou mudar com a água subindo, desmanchando futuros e destruindo por onde corria, como aconteceu no Rio Grande do Sul. Mudou quando os responsáveis não foram culpabilizados. A tragédia ambiental premeditada por um habitar colonial, desconexo da natureza e dos agenciamentos no coletivo. O Antropoceno mostrando a face. O caminhar pelas ruas se alterou. Que tempo é esse se tudo é pra ontem? Acelerar teve consequências. Pessoais, sociais, ambientais, emocionais... e tantas outras desmedidas.

A rotina controlada pelo bate-ponto do relógio foi engolida pelo cuidar, que era a ação precisa naquele momento. Cuidar de mim, da família, dos animais, dos vizinhos, da vida. O inconsciente colonial-capitalístico (Rolnik, 2019) que desviava o desejo para o acúmulo de capital implodiu e afetou todos que estavam à sua volta. Nossa andança desatenta se modificou para atenção plena. Todas as nuances das ruas eram pedidos de socorro e hoje, marcas de um Antropoceno que devasta.

De peito aberto: cartografamos. Como uma maneira de caminhar de modo atento, disponível, operando pelo desejo para perceber as nuances que a rua escancara, espaço onde o dito e o não dito tomam forma. Local onde subjetividades reverberam para além do homogeneizante, se expressam das mais diversas formas, seja pela configuração das calçadas, cantar dos bares, assobios dos moradores e cores que estampam os muros. “Um corpo abriga sons para serem ouvidos. Nele transitam cadências para serem experimentadas” (Preciosa, 2010, p. 26).

A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos (Rolnik, 2016, p. 23).

Ao cartógrafo, agente imerso na cartografia, tem a tarefa de dar língua para os afetos que encontra pelo espaço e que pedem passagem. Espera que “esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias” (Rolnik, 2016, p. 23). O cartógrafo é antropófago, se alimenta das relações humanas, por isso as composições coletivas são apreciadas, os encontros afetivos encorajados.

O cartógrafo é sensibilizado para perceber movimentos pelo corpo vibrátil que é instrumento de passagem, de percepção de afetos, de sentidos, de intensidades: “[...] jeitos, trejeitos, gestos, expressões de rosto, palavras...” (Rolnik, 2016, p. 31). É nesse sentido que somos afetados, o corpo despertado e o desejo fluindo, independente de onde chegar e que relações fizer.

A caminhada aconteceu pelas ruas de Pelotas, logo após as enchentes que aconteceram em abril de 2024. Não sabíamos exatamente o que surgiria, afinal, acompanhamos o inesperado. Observando, escutando, sentindo, experimentando, tudo de peito aberto e atento. Assim se deu o encontro que afetou o corpo vibrátil de nossa cartógrafa, uma das autoras dessa escrita, moradora da cidade. O registo desse encontro surgiu pela relação afetiva com as discussões do Antropoceno, que já moviam angústias na cartógrafa há algum tempo, o picho como uma pista de que há outros com quem compor a revolta.

O ENCONTRO COM O INESPERADO

Uma espécie de fazer, experimentar, associar, pesquisar, sensibilizar com o que acontece no tempo presente, sem deslocar objetivos prévios que enrijecem buscas por respostas sistematizadas e institucionalizadas. Caminhamos e encontramos pichos na cidade que aguçam a vontade de desvendar o que ainda não está escancarado, pois eles têm o potencial de reverberar subjetividades e desejos de quem o fez. Afinal, o picho não inutiliza a parede, ela continua cumprindo sua função expondo um novo significado (Djan, 2015): a revolta e a arte como movimento.

Numa das andanças pelas ruas de Pelotas – RS, encontramos uma pichação que sensibilizou algo do lado de dentro, o corpo vibrátil da cartógrafa aventureira. Fotografamos (Figura 2) e seguimos com o incômodo, com o problema, como diria Haraway (2016). Aqui, tentamos especular composições possíveis numa escrita ensaística. “Uma tentativa de escrever movida pelo compreensível: isso que nos força a pensar diferentemente, e a buscar saídas para a parasitagem das representações, o assédio dos clichês” (Preciosa, 2010, p. 16).

Figura 2 – Eurojesus sob a tela do muro, nas ruínas do Antropoceno - Pelotas/RS.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

O picho foi documentado em frente a uma igreja centenária, em um muro pintado com a imagem de um Jesus branco de olhos claros. “Ninguém é proprietário de um pensamento. Eles nos adotam, sopram forte em nós, nos assediam no banho, no bar, numa caminhada matinal” (Preciosa, 2010, p. 27). O enfurecimento que escapa pela ponta dos dedos se transformando em palavras escritas num muro de uma rua escolhida não ao acaso.

Com o desejo de criar possibilidades (de)formativas que o picho encontrado sensibiliza sobre o Antropoceno, rememoramos alguns encontros que tivemos ao longo do tempo. Encontros não propositalmente com a frase pichada, afinal aconteceram em diferentes momentos, mas as inquietações se fizeram complementares quando tocadas pela mesma angústia dos efeitos da crise climática. Assim, seguimos numa escrita de ensaio teórico, uma vez que ele possibilita nos libertar de certas convenções do gênero acadêmico sistematizado, rígido. Seguimos pela rigorosidade e inventividade, pois, como pontua Starobinski (2018, p. 25):

Nada dispensa elaborar o saber mais sóbrio e escrupuloso, mas com a condição expressa de que esse saber seja substituído e encampado pelo prazer de escrever, e sobretudo pelo vivo interesse que sentimos diante de um determinado objeto do passado para confrontá-lo com o nosso presente, no qual não estamos sozinhos, no qual não queremos ficar sozinhos.

Assim, compomos com o olhar da pedagogia cultural, com a ecosofia de Guattari (2012) e com a ecologia decolonial de Malcom Ferdinand (2022), encontros que vieram pelas leituras coletivas do Grupo de Estudos em Educação Científica e Cultura (GEECC). Essas leituras podem reverberar

pistas de denúncias de um Antropoceno em colapso e desvinculado do ecossistema que o picho denuncia.

O PICHO COMO UMA PEDAGOGIA CULTURAL E MANIFESTO DE QUESTÕES AMBIENTAIS

As pichações urbanas, regularmente vistas como atos de vandalismo ilegais, conforme explicitado nas alíneas da Constituição, no art. 65 da lei 9.605/1998 dispõe em seu *caput* “pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano – pena: detenção, de três meses a 1 ano e multa”, representam as expressões de descontentamento e resistência dos sujeitos, em especial, nas ruínas do Antropoceno. Elas abrem as portas para as questões sociais e políticas marginalizadas, funcionando assim, como intervenções periféricas que desafiam as normas dominantes. Conforme Rolnik (2011), essas manifestações são formas de insurgências que confrontam práticas estabelecidas. A frase pichada *que os ricos paguem pela crise climática*, seguida das siglas FAG e CAG, indicam uma ligação com a Federação Anarquista Gaúcha e a Coordenação Anarquista Brasileira, exemplificando como essas práticas podem criar formas de ser, sensibilizar e mobilizar a consciência crítica. Essas organizações podem ser meios para discutir pautas coletivas, políticas e ambientais, através das subjetividades produzidas pelos ecos em meio a emergência climática. Nesse contexto, Foucault (1995, p. 261) questiona:

O que me surpreende, em nossa sociedade, é que a arte se relacione apenas com objetos e não com indivíduos ou a vida; e que também seja um domínio especializado, um domínio de peritos, que são os artistas. Mas a vida de todo indivíduo não poderia ser uma obra de arte? Por que uma mesa ou uma casa são objetos de arte, mas nossas vidas não?

Isso nos leva a questionar o conceito restrito da arte, lembrando-nos de que a arte pode ser uma prática de vida cotidiana, assim como as pichações, que fogem ao dogma estético e desafiam a ideia de uma arte elitizada e especializada, tornando-se um meio de expressão, denúncia, resistência social e política.

As pedagogias culturais funcionam como artefatos que interconectam o local e o global, o cotidiano e o científico, (trans)formando as subjetividades e criando espaços de reflexão e ação. Ao ecoar nos muros das cidades, estas manifestações de inquietações exteriorizam um grito de cuidado e denúncia, reafirmando a existência e valor dos sujeitos afetados pelas crises climáticas e sociais. No Ensino de Ciências, essas pedagogias culturais podem ser utilizadas para conectar conhecimentos científicos ao cotidiano das comunidades, pensando para além dos processos químicos que impactam diretamente o ambiente e as condições de vida por meio do pensamento de Guattari (2012), tanto na arte quanto na ciência, ao mesmo tempo em que geramos ações pedagógicas que pensem em transformar a

compreensão química em um instrumento de conscientização frente as denúncias, questões climáticas e sociais.

A CAG (2011, p. 8) destaca como a resistência e as pichações dos grupos oprimidos não se limitam a uma abordagem científica, mas são essencialmente uma busca por transformação e esperança. Nesse sentido, isso nos relembra que, assim como o socialismo é uma aspiração e uma história de resistência, as manifestações urbanas, neste caso os pichos, também podem ser vistos como respostas a um sistema opressor, dualizando as lutas dos grupos marginalizados. Essas práticas não são meras expressões da população, mas formas de contestações políticas, pedagógicas, que abarcam gerar mudanças sociais, ambientais e culturais. Com isso, os pichos se materializam como um grito que ressoa nos muros da cidade, trazendo à tona a urgência das questões climáticas e sociais enfrentadas pelas periferias e pelos sujeitos historicamente excluídos.

As pedagogias culturais, segundo Andrade e Costa (2015, p. 50) “tem se mostrado uma produtiva ferramenta teórica que possibilita a articulação de várias áreas do campo da Educação”, e os pichos se inserem dessa forma ao transitar entre a arte, crítica social e resistência urbana, mobilizada pelos movimentos anticapitalistas e anti-hegemônicos como FAG e CAB. O picho, enquanto uma forma de arte transgressora, manifesta-se como uma das diversas ferramentas de denúncia, articulando expressões de inconformismo diante de injustiças sociais e ambientais.

Através dos achados deste artigo, evidencia-se que esta prática – dita marginalizada – rompe com as normas convencionais da arte e da ocupação destes espaços urbanos, inscrevendo-se ou se revelando como um grito de resistência crítica. Estes atos transgressivos desafiam as relações de poder ditas, ao que é demonstrado através de ações pontuais, delimitam o uso das cidades e ao mesmo tempo em que evocam as questões de desigualdade, exploração e crise climática, o picho assoma como uma pedagogia cultural que transforma os espaços públicos em um campo de contestação e reflexão.

O PICHOS E A ECOSOFIA

Diante do mundo – ou de suas ruínas –, Guattari (2012) nos convida a refletir sobre uma ecosofia, uma abordagem que articula três dimensões imprescindíveis: o ambiental, o social e o mental. Para o autor, a ecosofia não se limita apenas a uma abordagem, análise ou aplicação técnica, mas sim a representação de uma forma de compreender as interconexões existentes e complexas entre os seres humanos e o ambiente. Nesse sentido, essa perspectiva propõe que o bem-estar psíquico esteja relacionado às relações sociais e ao equilíbrio ecológico.

Guattari (2012), sugere três modos de registro: uma sensibilidade ambiental que ultrapasse um utilitarismo; um olhar social que reconheça as interdependências entre comunidades humanas e não humanas; e a percepção/registro subjetivo-mental que valorize as subjetividades em suas

pluralidades. Essa tríade propõe a (re)pensar as estruturas tradicionais do pensamento fragmentado, nos convidando a criar práticas, pensamentos, ações e/ou subjetivações que pensem o cuidado ambiental, justiça social e saúde psíquica.

A ecosofia também exige um questionamento das forças hegemônicas que moldam a sociedade. Ela nos provoca a pensar em como se relaciona com as denúncias do picho, que consterna o sistema capitalista, e como podemos teorizar e criar práticas anti-hegemônicas que priorizem o bem-estar coletivo ao invés do lucro. Refletir sobre uma ecosofia de saberes envolve (re)pensar as desigualdades globais e locais, buscando refletir sobre alternativas que não beneficiem apenas as camadas dominantes, mas sim, todos os habitantes da Terra. A ecosofia não surge como uma proposta de filosofia abstrata, mas como um chamado à ação coletiva para (re)pensarmos em mudanças concretas e a superação de sistemas de exploração.

O picho sensibiliza para politizar as questões ambientais, vinculando-as ao conceito de Antropoceno e destacando a responsabilidade econômica dos mais privilegiados, especialmente após as inundações no RS. Segundo Guattari (2012, p. 55) para lidar com a questão ecológica contemporânea é necessário uma reflexão que permeia “a alçada de uma disciplina ético-estética e ao mesmo tempo, como distintas uma das outras do ponto de vista das práticas que as caracterizam”.

No registro social, o picho destaca as desigualdades do capitalismo e a injustiça climática, questões aprofundadas por Krenak (2019) discute o racismo ambiental como uma perpetuação de desigualdades socioambientais em comunidades mais vulneráveis, geralmente formadas por pessoas pretas, indígenas e periféricas, que sofrem desproporcionalmente os impactos de degradações ambientais. Reitera também a sistemática demonstrando as relações históricas de opressão e exploração que ainda moldam as decisões sobre o espaço geográfico e a distribuição dos recursos naturais.

Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes – a sub-humanidade (Krenak, 2020, p. 21).

Pensar a/na cidade de Pelotas, num contexto de Antropoceno, desloca as reflexões sobre as desigualdades socioambientais e urbanas, evidenciadas por práticas que ainda reforçam a lógica de exclusão e superioridade. Um exemplo fático e emblemático ocorreu durante as inundações no RS que assolaram a cidade, quando um condomínio de alto padrão pelotense utilizou-se de uma “bomba d’água clandestina”, conforme encontrado na Figura 3.

A informação sobre o desvio das águas oriundo da "bomba clandestina" foi divulgada nas redes sociais, gerando comoção pública, mobilizando as comunidades para impedir a ação. A repercussão ganhou destaque em jornais locais, com intervenção da polícia ambiental e ministério público de Pelotas, que passaram a monitorar a situação. Nesse sentido, o funcionamento desta máquina era para desviar as águas das enchentes. Esse condomínio é cercado por lagos criados para/com o empreendimento e, em suas redondezas, encontra-se o bairro periférico Navegantes.

Figura 3 – Bomba de escoamento de um condomínio de alto padrão Pelotense fazendo testes de esvaziamento para um bairro periférico.



Fonte: Diário Popular (2024).

Nesse sentido, os moradores do bairro Navegantes, já historicamente relegados a condições de vulnerabilidade, foram diretamente afetados pelo desvio das águas, enfrentando perdas materiais, risco à saúde e maior exposição à precariedade ambiental. Esse ato reforça a lógica de que estas áreas periféricas são vistas como zonas de sacrifício para proteger os espaços privilegiados.

A ação ilustra o racismo ambiental, conforme defendido por Herculano (2008), ao aceitar a degradação ambiental em uma comunidade periférica em prol do bem-estar de um grupo privilegiado. Os moradores do bairro Navegantes foram tratados como segmentos sacrificáveis em um contexto naturalizado da desigualdade socioambiental. Tal episódio, embora particular, reflete o padrão histórico e estrutural na gestão urbana pelotense, onde os espaços periféricos são sistematicamente negligenciados às condições de precariedade enquanto as áreas privilegiadas são protegidas às custas das mais desfavorecidas. Com isso, a lógica da exclusão reitera as

necessidades de (re)pensarmos a cidade como espaço coletivo, e os pichos denunciavam estes atos.

Ainda sim, neste trabalho, compartilhamos do conceito de (in)justiça climática – que, neste espaço-tempo compreendemos como a evidência destes impactos e crises socioambientais afetam os corpos vibráteis desproporcionalmente sobre aqueles sujeitos que ocupam as margens sociais e geográficas da cidade. Ao cartografar essas dinâmicas, o cartógrafo aponta para as minúcias do mundo semi-vivo, semi-atento a estas problemáticas...

Esses eventos reproduzem a dimensão ampla do que entendemos como injustiça climática, na qual aqueles cujas responsabilidades não os alcançam, os menos responsáveis pela crise – em sua maioria esmagadora as populações pobres e racializadas que habitam o Antropoceno – são os que mais sofrem suas consequências. Nesse sentido, o bairro periférico não é apenas mais uma vítima de um desvio físico ou metafórico dos desvios das águas, mas de um desvio ético e político da superioridade, de uma parcela da população que perpetua o modelo de urbanização segregador e ecologicamente predatório (Duran, 2024).

Diante do exposto e do ideário, os registros ecológicos surgem com a necessidade de questionarmos: a quem a cidade pertence e para quem ela é projetada? O desvio clandestino da bomba é, em uma última análise, a materialização de uma lógica de hierarquização dos espaços urbanos, onde os direitos básicos de uma comunidade, à segurança e ao território são negociados em nome de privilégios. É uma ferida aberta na tessitura urbana, que exige não somente a denúncia, mas também a reconstrução crítica das políticas que olham com desprezo a estrutura social, sendo capaz de direcionar e (re)pensar as periferias como protagonistas na luta pela tão derradeira “justiça climática e social”.

No registro ambiental, Guattari (2012) defende uma ética ambiental e, nesse sentido, o picho tem o potencial de desafiar a narrativa dominante, responsabilizando os que mais poluem pela crise climática. Já no registro subjetivo, essa intervenção pode atuar como uma pedagogia cultural, questionando valores dominantes e educando os espectadores sobre a emergência climática (Andrade; Costa, 2015). O picho como manifestação urbana pode ser um ponto de partida para discutir a injustiça climática e o racismo ambiental, evidenciando como comunidades marginalizadas sofrem os efeitos das emergências climáticas de forma desproporcional.

As crises ambientais, manifestadas constantemente como eco-ansiedade ou apatia social, nos fazem refletir sobre os esvaziamentos que ocorrem no sentido de acompanhar a percepção de um espaço-tempo catastrófico. Com isso, a tarefa não é apenas evitar o colapso do Antropoceno, mas denunciá-lo, confrontar aqueles cuja responsabilidade deve ser demandada, confrontando as formas intrínsecas das relações sociais que são moldadas e impactadas por essa sensação de fim iminente,

repensando coletivamente as bases de um outro mundo possível (para todos).

ÓTICA DA ECOLOGIA DECOLONIAL E O PICHÔ

Em “Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho”, Malcom Ferdinand (2022) provoca o leitor sobre o habitar colonial da Terra a partir de experiências do Caribe e, em especial, da ilha Martinica. Problematisando e, por vezes, ressignificando espaços e atividades dos navios negreiros, movimentando a história ambiental do mundo a partir de uma ótica antirracista e decolonial. Krenak (2019, p. 13) atenta que “[...] adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim”. Contar uma história até então apagada, negada, menosprezada, enviesada mas que em seus escritos ganha espaço para pensar uma outra forma de se relacionar com o mundo, com a mãe-terra.

Para repensar o cenário atual da modernidade, Ferdinand concebe a ideia da existência de uma dupla fratura que relaciona a colonialidade e as questões ambientais. Isso porque a colonização de corpos e territórios influenciou em destruições ambientais locais e pensar a partir da episteme caribenha permite “uma conceitualização da crise ecológica associada à busca de um mundo desvencilhado de suas escravidões, violências sociais e injustiças políticas: uma ecologia decolonial” (Ferdinand, 2022, p. 22). Mudando a produção de discursos, saberes e conhecimentos, deslocando do eixo eurocêntrico, masculino e branco. A ecologia decolonial se enreda em lutas políticas, científicas, filosóficas, epistêmicas, se desfazendo de dominações Antropocêntricas da manutenção de um sistema que enxerga o fim deste mundo como acaso.

A idealização de um Antropoceno branco destruiu o mundo, atingindo todos aqueles que aqui habitam. O modo capitalista tudo acelerou, desenvolveu, consumiu, escravizou, roubou, forçou, desenraizou, colapsou. Tendo sua manutenção permitido o genocídio de povos e destruição da natureza, invisibilizando subjetividades divergentes. Um Antropoceno universalizado pautado em um modo de habitar colonial, desvinculado de um pensamento ecológico e entrelaçado com as questões ambientais. Segundo Ferdinand (2022) não é possível desvincular a colonialidade das questões ambientais atuais, tudo caminhou junto para chegarmos onde estamos hoje, com as enchentes, com as secas, com os desmatamentos, agrotóxicos e tantos outros poluentes.

“A Terra é a matriz do mundo” afirma Ferdinand (2022, p. 39). Nesse mesmo sentido, Nego Bispo (2023) atenta que mesmo os humanos sendo seres da natureza, se tornaram criadores tendo como necessidade sintetizar tudo o que é orgânico, denominando como matéria-prima. Porém, “a vida é fruição, é uma dança, só que é uma dança cósmica, e a gente quer reduzi-la a uma coreografia ridícula e utilitária” (Krenak, 2020, p. 57). É na instauração de uma cosmopolítica em que humanos, não-humanos ocupem os espaços

coletivamente – sem a serventia ou exploração um do outro – é que a partilha realmente se inicia.

Quando pensamos no picho “que os ricos paguem pelas crises climáticas” responsabilizamos também os colonizadores, exploradores de corpos, mão de obras, territórios e imaginários de mundo. A Terra foi utilizada como fonte inesgotável de bens para satisfazer aos luxos, anseios e caprichos daqueles que tudo queriam posses, queriam ser donos, que se satisfazem pelos números em uma conta bancária e acúmulo de bens de consumo. Enquanto isso, as pessoas oriundas do processo colonizador

[...] coletam o lixo das ruas, limpam as praças e as instituições públicas, conduzem os ônibus, bondes e metrô, aquelas que servem as refeições quentes nos restaurantes universitários, entregam a correspondência, cuidam dos doentes nos hospitais, aquelas cuja recepção sorridente na entrada dos estabelecimentos é garantia de segurança, estão geralmente ausentes das arenas universitárias, governamentais e não governamentais preocupadas com o meio ambiente (Ferdinand, 2022, p. 23)

Nas narrativas escolhidas pelos colonizadores europeus para narrar o Antropoceno e os desequilíbrios ecossistêmicos são feitas a partir de um “centro geográfico e temporal, um lar singular: um oikos colonial. Esse oikos desvela-se em inúmeros discursos de instituições internacionais, nas representações, nas mídias, nas artes e nas produções culturais” (Ferdinand, 2022, p. 146). Por isso, pichos como o exemplo encontrado na Figura 2, escancaram reflexos do modo de habitar da colonialidade contemporânea e, ao mesmo tempo, mostram possibilidades de repensar nossas relações com o mundo, com os outros sujeitos.

Um modo de habitar decolonial destacado por Ferdinand (2022, p. 168) é o quilombamento que retoma movimentos que escravizados tiveram para escapar das *plantations* para tentar (sobre)viver em outros espaços, como florestas, montanhas ou no interior de terras ainda desocupadas, para viver um fora-do-mundo colonial. Nego Bispo compartilha diversas vivências dentro de quilombos, sensibilizando a diversidade de histórias contadas, sendo espaço de conexão com o mundo. Por isso, se identifica como algo diferente do humano pois “todos somos cosmos, menos os humanos. Eu não sou humano, sou quilombola. Sou lavrador, pescador, sou um ente do cosmos. [...] A cosmofobia é a grande doença da humanidade” (Bispo, 2023, p. 16).

CONCLUSÕES

A cartografia enquanto um caminhar movido pelos afetos: o picho expressa revolta. Encontramos na pedagogia cultural, na ecosofia e na ecologia decolonial possibilidades para problematizar o Antropoceno, suas causas e relações atuais. A justificativa desenvolvimentista do capitalismo foi e é mantida pelo uso desenfreado de determinados corpos humanos,

não-humanos e da natureza. De modo inesperado, o andar pela cidade de Pelotas foi registrado em uma fotografia que possibilitou compreender as vivências da comunidade de outro modo. O corpo vibrátil (Rolnik, 2016) afetado e aberto ao desassossego que a crise climática provoca.

O picho, enquanto uma pedagogia cultural e intervenção urbana, tem potencial para as discussões educacionais e ambientais, uma vez que pode atuar “na constituição de sujeitos, na composição de identidades, na disseminação de práticas e condutas, enfim, no delineamento de formas de ser e viver na contemporaneidade” (Andrade; Costa, 2015). A concepção ecosófica possibilita uma análise a fim de compreender as questões ambientais, uma vez que Guattari (2012) sugere que os três registros ecológicos estão interligados e que mudanças em um afetam os outros. Assim, o picho que ecoa pelos muros da cidade de Pelotas demonstra a possibilidade de outros modos de ver e conceber a pedagogia, demonstrando a pluralidade dos processos que nos educam e nos tornam quem somos.

A perspectiva decolonial da ecologia não desvincula as crises climáticas do processo colonizador, está tudo intrinsecamente interligado. Os ricos, hoje, mantêm um sistema antropocêntrico que enxerga a Terra e os diferentes sujeitos como espaços para manutenção e perpetuação de seu bem-estar na sociedade capitalista, bem como colonizadores fizeram em um passado não tão distante. Outras formas de habitar e se relacionar com o mundo podem ser alternativas possíveis, tendo como exemplos práticas indígenas e quilombolas. Essas possuem outras associações com a natureza, distantes de uma visão utilitarista e desenvolvimentista, mobilizando o corpo para compor uma dança coletiva de afetos para além de um mundo exclusivo dos humanos.

AGRADECIMENTOS

Ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Universidade Federal do Paraná (UFPR) e à Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

NOTAS

1. Trabalho de mesmo título foi apresentado no formato de resumo expandido no II Seminário Internacional de Educação em Ciências, Educação Matemática e Tecnologias Educativas (SIECEMTE). Neste artigo, nos conduzimos pela metodologia cartográfica e aprofundamos discussões sobre a pedagogia cultural junto da ecosofia de Guattari (2012) e ecologia decolonial de Malcom Ferdinand (2022).
2. Todos os seres vivos que habitam a Terra e que são excluídos na categorização do humano.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, P.; COSTA, M. Usos e possibilidades do conceito de pedagogias culturais nas pesquisas em estudos culturais em educação. **Revista Textura**, vol. 17, n. 34, Canoas, mai/ago 2015, p. 48-63.

BISPO, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

BORGES, F.; FERREIRA, V. Planícies de inundação e áreas inundáveis: análise comparativa dos conceitos mediante aplicação nas bacias hidrográficas do ribeirão Bom Jardim e rio das Pedras, Triângulo Mineiro. **Revista Cerrados**, v. 17, n. 01, p. 114-130, 2020.

BRASIL. **Constituição**. Lei Nº 9.605, 12 de fevereiro de 1998.

BRASILEIRA, C. A. **Nossa concepção de poder popular**. Disponível em: <https://cabanarquista.com.br/publicacoes/>. Acesso em: 6 dez.

CAMPESATO, M. Educação no Antropoceno: articulações cosmopolíticas num mundo em ruínas. **Antíteses**, v. 16, n. 32, p. 281-310, 2023. DOI: 10.5433/1984-3356.2023v16n32p281-310.

COSTA, V.; ANDRADE, P. Na produtiva confluência entre educação e comunicação, as pedagogias culturais contemporâneas. **Perspectiva**, Florianópolis v. 33, n. 2, p. 843-962, maio/ago. 2015.

CRUTZEN, P. J. A new geological age? **Nature**, v. 415, n. 6867, p. 23, 2002.

CRUTZEN, P.; STOERMER, E. The 'Anthropocene' (2000). IN: BENNER, S. LAX, G. PÖLSCHL, U. LELIEVELD, J. BRAUCH, H. G. (Eds.) **Paul J. Crutzen and the Anthropocene: A New Epoch in Earth's History**. Cham: Springer International Publishing, 2021. p. 19-21.

DURAN, P. Polícia retira “duto clandestino” usado para escoar água de condomínio em Pelotas (RS). **CNN Brasil**. Seção Blogs. Publicado em: 17 mai. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/pedro-duran/nacional/policia-retira-duto-clandestino-usado-para-escoar-agua-de-condominio-em-pelotas-rs/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

FAG. **Trabalho FAU-FAG por uma teoria política libertária**. Porto Alegre: Derivam, 2011.

FERRARI, A; OLIVEIRA, B. Marcas na escola: pichação, grafite e subjetividades no ensino com arte. **Educação & Realidade**, v. 45, n. 1, p. 1-21, 2020.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FOUCAULT, M. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. *IN*: DREYFUS, H. RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 253-278.

FRANCHINI, M.; VIOLA, E.; BARROS-PLATIAU, A. F. The challenges of the Anthropocene: From international environmental politics to global governance. **Ambiente & Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 177-202, 2017.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 2012.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **InterfaceEHS** - Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, .3, n.1, Artigo 2, jan./ abril 2008. 20p.

KELLNER, D. Lendo imagens criticamente: Em direção a uma pedagogia pós-moderna. *IN*: SILVA, T. T. (Org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 101-127.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LASSALA, G. **Em nome do pixo: a experiência social e estética do pichador e artista Djan Ivson**. São Paulo, Tese de doutorado, Universidade Presbiteriana Mackenzie.

LATOUR, B. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no antropoceno. São Paulo: Bazar do Tempo, 2020.

LATOUR, B. **Down to Earth**: Politics in the New Climatic Regime. Cambridge: Polity Press, 2017.

PRECIOSA, R. **Rumores discretos da subjetividade: sujeito e escritura em processo**. Porto Alegre: Sulinas, 2010.

PEIXOTO, R. Terra pode já ter ultrapassado 7 dos seus 9 limites planetários; entenda o que são. **GLOBO G1**. Seção Meio Ambiente. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/10/19/terra-pode-ja-ter-ultrapassado-7-dos-seus-9-limites-planetarios-entenda-o-que-sao.ghtml>. Acesso em: 19 abr. 2025.

ROCKSTRÖM, J. *et al.* A safe operating space for humanity. **Nature**, v. 461, n. 7263, p. 472-475, 2009.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetizada. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

RICHARDSON, K. et al. Earth beyond six of nine planetary boundaries. **Science advances**, v. 9, n. 37, p. eadh2458, 2023.

SILVA, C.; ARBILLA, G. Anthropocene: The challenges for a new world. **Revista Virtual de Química**, v. 10, n. 6, p. 1619-1647, 2018.

SILVA, T. **Teoria Cultural e Educação: Um vocabulário crítico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

STAROBINSKI, J. É possível definir o ensaio? IN: PIRES, P. (Org.) **Doze ensaios sobre o ensaio**: antologia serrote. Rio de Janeiro: IMS, 2018

STEFFEN, W. et al. Sustainability. Planetary boundaries: guiding human development on a changing planet. **Science**, Nova Iorque, v. 347, n. 6223, p. 1259855, 2015.

TORRES, T.; ARAÚJO, Í.; REIS, A. Pichação no espaço escolar: um desafio político. **Art&Sensorium**, v. 5, n. 1, p. 104-118, 2018.

TSING, A. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB MilFolhas, 2019.

VAZ, T. Pichação + arte + educação: outros olhares. **Revista Digital do Lav**, n. 10, p. 85-97, 2013.

VALADÃO, L. et al. Caracterização espacial e análise da qualidade da água da bacia do arroio Moreira/Fragata, RS. **Revista Thema**, v. 15, n. 1, p. 282-297, 2018.

Recebido em: 30 de dezembro de 2024.

Aceito em: 12 de abril de 2025.